

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS-MG: EM BUSCA DA COMPREENSÃO DE UMA MODALIDADE

VANESSA DAS DORES SANTOS¹
MARA LÚCIA RAMALHO²

Resumo: O presente artigo que decorre de um processo de pesquisa, para a obtenção do título de graduanda no Curso de Matemática, na Diretoria de Educação a Distância da UFVJM, teve como objetivo analisar como a Educação de Jovens e Adultos - EJA encontra-se estruturada nas escolas do município de Minas Novas-MG. Na busca por tal compreensão, utilizou-se de três eixos de discussão para a construção do marco teórico, a saber: a EJA e a Legislação vigente no Brasil; Planejamento e formação; e Ensino e aprendizagem. A organização metodológica serviu-se de uma abordagem qualitativa e de uma pesquisa documental. Diante do exposto, apresenta-se como resultados a organização de três categorias de análise: Da legislação aos pilares estruturantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos, Planejamento didático pedagógico e planejamento participativo e Acesso dos alunos a EJA no município de Minas Novas – MG, por meio da construção de tais categorias foi possível se chegar à constatação de que a inserção de pressupostos legais oportunizam a futura consolidação da EJA como uma política pública nas escolas da cidade de Minas Novas. Tendo em vista que tal inclusão da supracitada modalidade nos documentos produzidos no município e nas escolas (Plano Municipal de Educação-PME e Projeto Político Pedagógico), pode-se desvelar a preocupação local com a melhoria na oferta de tal modalidade, seja do ponto de vista pedagógico e/ou político.

Palavras-Chave: Ensino e aprendizagem. Educação de Jovens e Adultos - EJA. Planejamento escolar participativo

1 Introdução

O presente artigo aborda como temática central a Educação de Jovens e Adultos (EJA), entendida como uma modalidade de ensino que oferece uma oportunidade de escolarização ao discente, que por qualquer motivo, não concluiu o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade apropriada. A idade mínima para matrícula em cursos da EJA no “Ensino Fundamental é de 15 anos e no Ensino Médio é de 18 anos”, segundo a Resolução SEE nº 2.843, de 13 de janeiro de 2016.

¹ Vanessa das Dores Santos do Curso de Matemática – UFVJM Polo de Apoio Presencial – Minas Novas
E-mail: vanessamnovas@yahoo.com.br

² Orientador (a) da Pesquisa – Profª Dra. Mara Lúcia Ramalho - Diretoria de Educação Aberta e a Distância – EAD/UFVJM
E-mail: mararamalho03@yahoo.com.br

Tendo em vista a amplitude de discussões que a referida temática oportuniza, fez-se necessário para fins da organização da pesquisa em questão um recorte, que culmina na problemática: como a Educação de Jovens e Adultos - EJA encontra-se estruturada nas escolas do município de Minas Novas-MG?

A ideia inicial de organização da EJA de acordo com Nascimento (2013, p. 19) encontra-se fundamentada em pressupostos de Freire (1999), que teve a intenção de introduzir um projeto de alfabetização de adultos. Para Paulo Freire a escola precisa ensinar o aluno a “ler o mundo”, fazendo com que o mesmo transforme em sujeito pensante, crítico e consciente do que envolve todo seu dia a dia. De acordo com tais pressupostos a supracitada modalidade começa a se estruturar em uma época onde a informação seria uma ameaça a Ditadura Militar, que era inspecionada pelo governo.

Diferente do contexto de origem, no ano de 1996, amparada pela Lei de Diretrizes Básicas (LDB) o ensino pela modalidade EJA passa a ser reconhecida nacionalmente, conforme pode-se identificar no Art. 37 da LDB 9.394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

A consolidação da Educação de Jovens e Adultos mediante as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram promulgadas no dia 10 de maio de 2000, assim deixou de ser considerada uma alfabetização funcional, onde os alunos somente aprendiam a ler e escrever. Segundo Moura (2014, p. 9), as diretrizes reconheceram o valor da EJA como um direito, superando o conceito de ensino supletivo e substituindo a ideia de compensação e caridade pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

Ao sair de uma discussão que trata da Educação de Jovens e Adultos pressupõe que o discente deve ser um sujeito participante, já que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 27).

Tratando-se especificamente do processo de ensino e aprendizagem da Matemática, na supracitada modalidade, pressupõe a análise de elementos que

perpassam o fazer docente, entre eles pode-se mencionar uma proposta de ensino e aprendizagem efetiva, a participação ativa por parte do discente, a adequação do planejamento viabilizando sempre as condições na rotina da sala e a interdisciplinaridade das atividades.

Por tal perspectiva, segundo Freire, (2005, p. 79):

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 2005, p. 79)

Podemos evidenciar que a primeira autora não possui vínculo com modalidade da Educação Jovens e Adultos, sendo aluna do curso de Licenciatura em Matemática, possui formação em Magistério para atuar em turmas de Educação Infantil. Profissionalmente trabalha como Servidora Municipal em Minas Novas, sendo lotada como Servente Escolar no Pré-Escolar.

Aliado a tais pressupostos, pode-se ressaltar ainda a relevância da escolha do tema da Educação de Jovens e Adultos pela primeira autora, que ocorreu em função de uma disciplina eletiva do Curso de Licenciatura em Matemática ofertado pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com objetivo de conhecer o histórico, compreender a organização e a concepção da EJA. Contudo a primeira autora pretende aprofundar os conhecimentos referentes à Educação de Jovens e Adultos, a fim de elucidar questões norteadoras.

As dificuldades de ensino e aprendizagem da Matemática na EJA envolvem todo um contexto social, cultural, socioeconômico. Assim, a identificação das possíveis dificuldades se dará por meio da verificação de documentos relacionados à modalidade da EJA. Segundo Chott et. al. (2014), podemos relacionar erros como dificuldades de ensino e aprendizagem, e ainda atribuí-lo como processo de construção de conhecimento, que conforme Paias (2011, p. 2) apud Cury (2007, p. 2):

[...] um levantamento detalhado dos erros cometidos em provas e trabalhos realizados em disciplinas matemáticas, bem como uma tentativa de compreensão das causas, pode auxiliar a diminuir o alto nível de evasão e repetência em disciplinas consideradas críticas nos primeiros semestres de cursos universitários.

Enfatizando a busca pelo estudo do erro como processo de ensino, como forma de elucidar dificuldades inerentes ao conteúdo estudado, podemos transformar esses erros como resolução de problemas, desta forma proporciona-se aos alunos reconhecer suas próprias conclusões delimitando erros e acertos. Segundo Junior apud Piaget (1975, p. 2):

Em suas pesquisas contribuiu para que a lógica e a matemática viessem a ser tratadas como formas de organização da atividade intelectual humana. Seus estudos incentivam os pesquisadores interessados na análise do raciocínio a tentarem esmiuçar os caminhos e percalços da construção dos conhecimentos lógico-matemáticos implícitos na resolução de problemas das mais variadas maneiras. Na construção desses conhecimentos erros ocorrem e podem servir para reavaliar a eficácia e pertinência da prática e da metodologia empregadas pelo professor.

Assim, pode-se indicar ainda que o desenvolvimento a referida pesquisa encontra-se baseada nas questões norteadoras a seguir: Quais são as legislações educacionais da EJA? Existe um diferencial legal que normatiza a atuação do professor da área de exatas (Matemática) e na área pedagógica? Como está organizado o currículo escolar e práticas pedagógicas da EJA nas escolas objeto da pesquisa? Como está definido planejamento da EJA? Qual a formação necessária para o professor da EJA? Os documentos indicam pilares norteadores da ação docente? Quais fatores influenciam o processo de ensino e aprendizagem?

Ressalta-se ainda que o estudo em questão se serviu de uma pesquisa documental e de uma abordagem qualitativa, portanto, a coleta das informações ocorreu por meio da análise de documentos, como: Leis de Diretrizes e Bases, Plano Municipal da Educação de Minas Novas-MG e de um Projeto Político Pedagógico-2016³ das escolas localizada na supracitada cidade.

A opção pela pesquisa documental como importante suporte metodológico justifica-se pelo fato de a mesma ser muito utilizada por pesquisadores que trabalham com abordagens da história da educação, e, portanto, possibilitar “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21).

³ Projeto Político de Minas Novas-2016: O presente documento apresenta os dados das dimensões pedagógicas, administrativas, jurídicas e financeiras que norteiam o trabalho com a ação educativa da SECRETARIA MUNICIPAL de EDUCAÇÃO DE MINAS NOVAS.

Para a organização dos resultados adotou-se a análise de conteúdo que segundo Gil (2002, p. 90) tal:

[...] processo de análise e interpretação é fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias que elas se encontram reunidas.

Assim o estudo da modalidade da EJA pressupõe uma análise de dados, que pode evidenciar o estudo do ensino e aprendizagem e o planejamento de atividades. A pesquisa documental pode demonstrar os fatores importantes para a construção do processo de ensino, por isso, o trabalho aponta desafios da modalidade EJA.

2 Marco Teórico

A escola por uma perspectiva inclusiva é um importante ambiente que oferece instrução ao aluno, gerando oportunidade de ensino e aprendizagem a diferentes classes sociais, étnicas e culturas. Segundo Nascimento (2013, p. 17) apud Freire (2005, p. 17) preocupado com a situação desses alunos ressalta que:

a educação deveria corresponder à formação plena do ser humano, denominada por ele de preparação para a vida, com formação de valores, atrelados a uma proposta política de uma pedagogia libertadora, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por tal perspectiva, o ensino da Matemática no que se refere ao processo de educação formal ocorre em vários níveis da educação, porém no presente artigo tendo em vista o recorte no objeto, tratar-se-á das dificuldades identificadas nas atividades desenvolvidas na EJA durante o trabalho na disciplina Matemática.

O que demanda a apresentação de um arcabouço teórico sobre as temáticas: a escola e o processo de ensino e aprendizagem; a educação de Jovens e Adultos: em busca da compreensão da modalidade e planejamento de atividades didático-pedagógica.

A Educação de Jovens e Adultos: em busca da compreensão da modalidade

A EJA se caracteriza pela participação de alunos que não estudaram no tempo certo e necessitam de uma formação, que esperam iniciar um processo de aprendizado na Matemática com auxílio dos docentes, segundo Junior et. al. apud Braga (2013, p. 59):

Na relação de ensino existente entre professor e aluno, o plano de ensino-aprendizagem não garante necessariamente excelência na formação dos educandos. A aprendizagem é decorrente também das relações que o professor constrói com seus alunos, relações essas de proximidade, empatia e significado. Contudo, a construção dessas relações e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem, dependem da concepção que os professores apresentam deste processo, do modo como concebem seu papel, o papel dos alunos e como consideram o pensar e o fazer docente no contexto escolar (BRAGA, 2013, p. 59).

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB/9.394/96 que viabiliza que o aluno obtenha novos conhecimentos, aliado ao fato, de que ao cumprir critérios e normas presentes na legislação da EJA seja possível a conclusão do estudo, segundo a legislação em vigência da LDB.

De acordo com pressupostos de Freire (2002), pedagogo e filósofo nascido em Recife - PE, que idealizou em seu método para Educação de Jovens e Adultos, que o aluno pudesse criar seu próprio aprendizado, e que este mesmo aluno utilizasse a educação como forma de integração ao meio social e para reafirmar sua liberdade de expressão:

não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193).

Tendo em vista os pressupostos de Freire (2002), pode-se afirmar que o ensino e aprendizagem da EJA pressupõem que a alfabetização de jovens e adultos tem uma dupla função. Uma de trabalhar os conteúdos programáticos comuns a cada etapa do processo de ensino e aprendizagem de forma didática e também de compreensão das dificuldades que de certa forma impedem os alunos de concluir o processo de escolarização, como uma forma de reorganizar os métodos de ensino em prol a

superação de tais dificuldades, pois segundo Silva (2016) et al., p.9 apud Santos, 2003. p.740:

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não-aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico). (SANTOS, 2003. p.740)

Assim, os pilares que historicamente dão sustentação a propostas pedagógicas da modalidade da EJA são: uma educação que ampara em qualquer idade da vida; uma educação popular; uma educação de base e fundamental, segundo Freire (2002). Tendo como característica um atendimento a alunos jovens e adultos, e se compõe de metodologias específicas que foram adaptadas para atender a realidade inerente destes alunos.

Atualmente a EJA está amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que confere e regulamenta direitos aos alunos desde 1996. Segundo o Art. 37 Leis de Diretrizes Básicas o ensino pela modalidade EJA passa a ser reconhecida nacionalmente, conforme pode-se identificar no Art. 37 da LDB 9.394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O livro Pedagogia do Oprimido de autoria de Freire (2005) ressalta como se deu a alfabetização e os princípios norteadores da EJA, demonstrando que a falta de acesso a Educação se tornou desumana, se assim pode se dizer, a partir da reflexão proporcionada por tal arcabouço, que se faz necessária a compreensão das dificuldades para que se possa aprimorar as políticas para a formação de adultos em território brasileiro.

Acrescenta-se ainda que Freire (2005) acredita que para o aluno mudar a sua realidade ele precisa realizar em primeiro lugar o movimento interno de deixar de se

sentir oprimido e construir nesta mesma realidade motivação para alteração da sua realidade.

Neste sentido a educação de adultos tem um papel fundamental a se cumprir, mas para tal, precisa ter estabelecido na escola por meio do seu projeto Político Pedagógico uma opção teórico-metodológica que lhe permita desempenhar com êxito o seu duplo papel.

A escola e o processo de ensino e aprendizagem

As expressões ensino e aprendizagem são termos que precisam ser tratados com profundidade, levando-se em consideração a sua complexidade, pois fazem parte do processo, onde se estabelece a construção do conhecimento, em especial nos domínios da educação formal e tem a escola como *lócus*.

Assim, segundo Libâneo (2006, p. 90):

O ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos. [...], o ensino tem um caráter eminentemente pedagógico, ou seja, o de dar um rumo definido para o processo educacional que se realiza na escola.

O ensino tem a tarefa principal de assegurar a difusão e o domínio dos conhecimentos sistematizados legados pela humanidade. Daí que uma de suas tarefas básicas seja a seleção e organização do conteúdo de ensino e dos métodos apropriados, a serem trabalhados num processo organizado na sala de aula.

O processo de aprendizagem, de acordo com Libâneo (2006, p. 91) pode ser conceituado como:

a assimilação ativa de conhecimentos e de operações mentais, para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente. A aprendizagem é uma forma do conhecimento humano – relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo – desenvolvendo-se sob as condições específicas do processo de ensino. O ensino não existe por si mesmo, mas na relação com a aprendizagem.

De tal forma, após conceituar os supracitados processos e entender que apresentam funcionalidades distintas, é preciso ressaltar a existência de uma forte relação entre os mesmos, por meio dos pressupostos de Libâneo (2006, p. 91) pode-se perceber que a:

unidade entre ensino e aprendizagem fica comprometida quando o ensino se caracteriza pela memorização, quando o professor concentra na sua pessoa a exposição da matéria, quando não suscita o envolvimento ativo dos alunos. Esta atitude não faz parte do sentido que temos dado ao papel de dirigente do professor, pois não leva a empenhar as atividades mentais dos alunos.

O processo de ensino e aprendizagem apesar de cada termo resguardar uma significação e função diferenciada, demanda para si uma inter-relação, pois não se pode pensar em ensino sem aprendizagem e vice e versa, mas a construção de processos de educação de qualidade demandam a realização de um planejamento de atividades que, quando bem preparadas proporcionam aprendizagem/aprendizagens significativas, adequadas a modalidade EJA e a realidade a qual encontra-se inserida cada instituição escolar.

De tal forma, a postura do professor é algo que influenciará a conduta dentro de sala de aula, pois a transmissão de confiança aos alunos, sendo estes flexíveis em atender as propostas e ações, proporcionará uma relação de cumplicidade professor/aluno, segundo Braga (2013, p.59):

na relação de ensino existente entre professor e aluno, o plano de ensino-aprendizagem não garante necessariamente excelência na formação dos educandos. A aprendizagem é decorrente também das relações que o professor constrói com seus alunos, relações essas de proximidade, empatia e significado. Contudo, a construção dessas relações e seus impactos no processo de ensino-aprendizagem, dependem da concepção que os professores apresentam deste processo, do modo como concebem seu papel, o papel dos alunos e como consideram o pensar e o fazer docente no contexto escolar (BRAGA, 2013, p. 59).

A EJA se caracteriza legalmente, conforme dito anteriormente, pela participação de alunos que não estudaram no tempo certo e necessitam de uma formação específica, portanto, não se pode negar a construção de uma expectativa ao iniciar um processo de aprendizado na Matemática que a mediação dos docentes no espaço escolar, bem como a prática pedagógica será realizada levando-se em conta os desafios anteriormente vivenciados pelo público da EJA, seja eles de ordem pedagógica ou social.

Segundo Vygostsky (1996), a relação professor-aluno deve ser considerada um processo de produção de conhecimentos, onde o aluno seja um individuo participativo, e o professor, seja um mestre do ensino. Segundo Junior et. al. apud Libâneo e Alves (2012, p. 61):

A atividade de ensino e aprendizagem consiste na apropriação dos conhecimentos pelos alunos, como realizar o ensino de forma que os alunos

compreendam/aprendam a estruturação das tarefas de aprendizagem e os contextos socioculturais e institucionais onde se realiza o ensino. É necessário que o professor tenha conhecimento e domínio da matéria a ser ministrada, a relação entre prática e teoria que lhe proporcione um suporte e conhecimentos das realidades particulares de seus alunos e de suas práticas socioculturais e institucionais. (LIBÂNEO e ALVES, 2012, p. 61).

Para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem existe o planejamento de atividades dos alunos, que visa à programação, elaboração e organização dos conteúdos programáticos. Para assegurar o direito de um planejamento eficaz o professor possui um tempo para determinar suas aulas, conforme se pode identificar na LDB 9.394/96:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Destaca-se a relevância do tempo destinado ao planejamento das aulas, que são realizados anualmente, semanalmente e diariamente, sob a supervisão pedagógica. A legislação garante ao professor esse tempo para que as aulas, projetos e ações sejam eficazes.

Planejamento didático-pedagógico: Planejamento Escolar Participativo e estratégico

A realização de um planejamento de atividades com uma finalidade didático-pedagógico é de fundamental importância, tendo em vista que ao optar por realizá-lo, o professor também faz a opção por uma teoria que fundamente a supracitada construção e o auxilie na opção por objetivos que podem ser alavancados a curto, médio e longo prazo, todos eles visando à construção de conhecimentos e aprendizagem dos alunos.

No entanto, vários podem ser os modelos para fundamentar o momento do planejamento e a definição da metodologia para nortear o ensino, entre eles, pode-se mencionar neste estudo o planejamento escolar participativo e o estratégico.

Planejamento Escolar Participativo

O Planejamento Escolar Participativo, que se fundamenta a partir da construção da realidade social do aluno. Segundo Gandin (2001, p. 90):

incorpora a visão estratégica e situacional. Por entender a ideia de MISSÃO de forma mais abrangente e situada no contexto da globalidade social, com a perspectiva não apenas de ajudá-las a sobreviver, mas a intervir na realidade estrutural da sociedade, oferece às instituições, grupos, movimentos e organismos governamentais uma ferramenta que incorpora as conquistas do planejamento na perspectiva situacional e estratégica. (GANDIN, 2001, p. 90):

Diante deste contexto, o planejamento participativo escolar é uma forma de interação da escola e seus sujeitos, para traçar metas a curto e longo prazo, com objetivos que atendam a realidade dos alunos da EJA.

De tal forma, na perspectiva de Gandin (2001, p. 92), ao se pensar em “intervir na realidade” dos alunos, e elaborar estratégias que possa garantir uma funcionalidade do processo de planejamento, faz-se necessário buscar uma organização da estrutura de ensino, situação esta que requer a construção de um marco referencial, a construção de diagnósticos e a realização de ações concretas.

Segundo Junior apud Carraher et. al. (1988, p. 2):

A aprendizagem matemática praticada na sala de aula é uma atividade humana porque o que interessa nessa situação é a aprendizagem do aluno. Assim no percurso de aprendizagem discente, o professor deve estar atento para interagir junto a cada aluno e suas idiosincrasias, ao longo do processo de construção do conhecimento matemático, detectando onde os obstáculos cognitivos se farão presentes e originarão os erros, sejam eles, conceituais ou sistemáticos.

Por tal perspectiva, faz-se necessário ainda que o professor leve em consideração a experiência de vida do aluno, as suas limitações didáticas e de relacionar desenvolvimento cognitivo, oportunizando ao aluno uma segunda chance através da

aprendizagem significativa, já que devemos levar conta a diferenciação de idades alunos do ensino regular para a modalidade de ensino EJA.

Quem é o professor da área de exatas (Matemática) que planeja as atividades pedagógicas?

Existe uma exigência necessária para docentes lecionarem na modalidade da EJA. A Resolução SEE Nº 3643, 20 de Outubro de 2017, exige do profissional a formação básica, como: diplomas de conclusão, certificados de graduação pedagógica e autorizações para lecionar (em concordância com a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª), veja Quadro 1.

Já em exercício, assim como profissionais em atuação em outras modalidades e níveis, os docentes passam por planejamentos e qualificação através do Módulo II⁴, que por sua vez, possibilita por meio da formação continuada, desenvolver e conduzir um processo de construção e reflexão sobre a sua própria ação. Segundo Freire (1997, p. 38), “o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos, e não do professor consigo mesmo”.

Ainda segundo a Resolução SEE Nº3643, 20 de Outubro de 2017, em seu item 6. Permite ao docente lecionar, desde que possua matrícula e frequência a partir do 2º período em um curso de licenciatura, possibilitando a um aluno de Ensino Superior lecionar em turmas da modalidade da EJA.

Assim, conforme explicitada a atuação do professor de Educação Básica, em Projetos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas da Rede Estadual de ensino e em escolas que mantêm parceria com a SEE/MG, encontra-se amparada por algumas exigências em relação à formação docente, em especial será enfatizada neste estudo na área de Matemática, tendo em vista o objeto da pesquisa, conforme pode-se identificar no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Exigências para os docentes lecionar Matemática

⁴ Módulo II: planejamento de ensino, realizados mensalmente pelo professores, visando estabelecer estratégias e metas. A Secretaria do Estado de Educação (SEE) orienta que as escolas realizem reuniões para realizar a complementação da carga horária e jornada extraclasse do professor, conforme o art. 10 da Resolução SEE nº 2253/2013.

QUADRO 1 - CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO		
	Habilitação e Escolaridade	Comprovante
1º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Licenciatura plena de habilitação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimentos ou ➤ Curso Superior (Bacharelado ou Tecnólogo), acrescido de curso de formação pedagógica para graduandos não licenciados (realizado, estritamente, nos termos da Resolução CNE/CEB nº2, de 1997 ou do art. 14 da Resolução CNE/CP nº2, de 2015, com habilitação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada de histórico escolar ➤ Certificado de curso de formação pedagógica para graduandos não licenciados
2º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Licenciatura curta com habilitação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diploma registrado ou declaração de conclusão acompanhada de histórico escolar
3º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Matrícula de frequência em um dos 3(três) últimos períodos em um curso de licenciatura plena de habilitação de habilitação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autorização para lecionar – 1º prioridade
4º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Licenciatura plena em outro componente curricular, cujo histórico comprove formação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autorização para lecionar – 2º prioridade
5º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Curso Superior (Bacharelado ou Tecnólogo), cujo histórico comprove formação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autorização para lecionar – 3º prioridade
6º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Matrícula e frequência a partir do 2º período, exceto nos três últimos, em curso de licenciatura plena de habilitação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autorização para lecionar – 4º prioridade
7º	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Matrícula e frequência em Curso de Superior (Bacharelado ou Tecnólogo), cujo histórico comprove formação em um dos componentes curriculares das áreas de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Autorização para lecionar – 5º prioridade

Fonte: Resolução SEE Nº 3643, 20 de Outubro de 2017.

O Quadro 1 indica os requisitos para seleção de professores da EJA e por meio do mesmo, pode-se notar a importância atribuída pela Resolução SEE Nº 3643, 20 de Outubro de 2017 ao grau de escolaridade e nível de conhecimento do professor, visto que, a profissionalização constitui-se em um dos elementos que possibilitam a organização de aulas significativas. Por tal perspectiva, pode-se afirmar que do ponto de vista legal a EJA está regulamentada para atender o público alvo, não se constituindo em uma modalidade inferior as demais, mas com suas próprias especificidades.

3 Problema e Metodologia

Tendo em vista a problemática “como a Educação de Jovens e Adultos - EJA encontra-se estruturada nas escolas do município de Minas Novas - MG?”, optou-se por realizar uma pesquisa documental que se servirá de uma abordagem qualitativa, pois na perspectiva de Piana (2009) apud Gil (2002, p.62-3) é “fonte rica e estável de dados”.

Assim, vários são os autores que discutem tal problemática, entre eles, pode-se mencionar: Piana (2009) apud Pádua (1997, p.62) que conceitua a supracitada pesquisa como:

[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

Segundo Godoy (1995, p. 62), a pesquisa qualitativa possui características básicas, exigindo um espaço delimitado como “fonte direta de dados” para possibilitar análise e destacando o pesquisador como “instrumento fundamental”. Complementando o processo de estudo qualitativo, percebe-se a preocupação com toda a descrição do trabalho e não somente com o resultado.

O Universo da pesquisa: a escola e os documentos produzidos em âmbito Federal, Estadual e Municipal

O presente estudo encontra-se amparado pela análise de alguns documentos que foram produzidos em âmbito Nacional/Federal com forte repercussão nas políticas educacionais do município, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Plano Nacional da Educação (PNE) intitula diretrizes, metas e estratégias para a educação, o presente projeto está em vigor desde a Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, onde regulamenta o PNE e outras providências. Assim sendo, o plano traçou vinte metas para servir de base para a educação, com validade de dez anos (2014-2024).

Essa investigação analisa os documentos Leis de Diretrizes e Bases, Plano Municipal da Educação de Minas Novas e Projeto Político Pedagógico de Minas Novas.

Ainda pode-se mencionar a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as seguintes diretrizes para a educação nacional:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No que se refere às políticas educacionais que derivam de orientações presentes no PNE, pode-se indicar o Plano Municipal de Educação de Minas Novas, que se baseia na Lei Municipal Nº 2006, de 15 de Junho de 2015, que possui como diretrizes:

Art. 2º são diretrizes do PME:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. melhoria da qualidade de vida;
- V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção de Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX. valorização dos (as) profissionais da educação;
- X. promoção dos princípios do respeito dos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Assim, como se pode perceber de uma conjuntura nacional oportunizada pelo PNE, derivam os PME que por sua vez subsidiam a elaboração de documentos mais específicos para atendimento das demandas das escolas, bem como definidor da identidade institucional das mesmas. Neste sentido, pode-se indicar o Projeto Político Pedagógico-2016, cuja construção encontra-se em concordância com a Constituição Federal de 1988, LDB (Leis de Diretrizes e Base da Educação), PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e como PME elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Minas Novas.

Assim, a pesquisa ocorreu a partir do desenvolvimento de três etapas, a saber: seleção dos documentos, acesso aos documentos e análise dos documentos.

Seleção dos documentos

No processo de seleção de documentos, foram analisados procedimentos norteadores da modalidade EJA, que pudessem evidenciar o histórico, as dificuldades de ensino e aprendizagem, legislação e planejamentos de atividades.

Baseado nesses pressupostos, uma pesquisa documental pode evidenciar a modalidade da EJA, e assim, os seguintes documentos: o Plano Nacional da Educação, o Plano Municipal da Educação, o Projeto Político Pedagógico e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamentam a EJA, foram analisados para proporcionar uma reflexão sobre os dados obtidos.

Acesso aos documentos

Para uma pesquisa documental, se torna necessário o acesso à documentos que serviram de base para análise de dados. E assim, a primeira autora entrou em contato com a Secretária Municipal de Educação de Minas Novas, através da Coordenadora da Equipe Pedagógica a Sra. Deralice Pereira Barbosa, para solicitar os documentos: Plano Municipal da Educação e Projeto Político Pedagógico-2016 de Minas Novas.

Posteriormente, realizou a coleta da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em atendimento ao código de ética (Conselho Nacional de Saúde, RESOLUÇÃO 196/96) (Anexo 1).

Análise dos documentos

A análise das informações foi realizada por meio da análise de conteúdo, que segundo Franco (2005, p. 51):

aponta três regras principais: a regra da exaustividade, em que é necessário considerar todos os elementos desse corpus; a regra da representatividade, em

que a análise efetua-se por amostragem, recurso utilizado para matéria demasiadamente volumoso; a regra da homogeneidade, em que os documentos devem obedecer a critérios precisos de escolhas e não apresentar singularidade que extrapole os critérios e os objetivos definidos.

A partir de tal opção metodológica, a análise no presente estudo se serviu-se da investigação em documentos, selecionadas pela primeira autora, tendo em vista o objeto de estudo em questão.

As escolas cujos documentos são objeto de análise da pesquisa em questão, estão localizadas no município de Minas Novas – MG, que atendem a modalidade de ensino da EJA. A cidade de Minas Novas está localizada no Vale do Jequitinhonha- MG, com uma população de 30.974 habitantes (censo/IBGE de 2010-Plano Municipal da Educação, que se encontra distribuída por pequenas e distantes comunidades rurais, onde podemos destacar que a maior parte se encontra na área rural.

A análise das informações foi realizada mediante suporte teórico da análise de conteúdos, que se encontra fundamentada em Franco (2005), segundo Ludke e André (1986), “constitui-se uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Associando-se a pesquisa documental a uma abordagem qualitativa.

4 Apresentação e Discussão dos resultados

Partindo da análise de documentos obtidos por meio da Secretaria Municipal de Educação de Minas Novas e tendo em vista a problemática norteadora do estudo em questão: “como a Educação de Jovens e Adultos - EJA encontra-se estruturada nas escolas do município de Minas Novas-MG?” foi possível evidenciar indícios do movimento no supracitado município em prol a inserção legal e pedagógica da Educação de Jovens e Adultos na política educacional do município. Percepção esta que se apresentará no estudo em questão no presente tópico.

Para a construção do texto em que se concretizam tais percepções, também foi preciso levar em conta a busca pela compreensão das questões consideradas norteadoras para o desenvolvimento do estudo em questão, a saber: Quais são as legislações educacionais da EJA? Existe um diferencial legal que normatiza a atuação do professor

na área de exatas (matemática)? Como está organizado o currículo escolar e práticas pedagógicas da EJA na escola objeto da pesquisa? Como está definido planejamento da EJA? Qual a formação necessária para o professor da EJA? Os documentos indicam pilares norteadores da ação docente? Quais fatores influenciam o processo de ensino e aprendizagem?

Assim, de tal processo de busca da compreensão do objeto de estudo, culmina a organização de três categorias de análise, conforme detalhamento apresentado no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2. Organização das questões norteadoras por categorias de análise

Núcleo de significação	Categoria	Questão norteadora
Legislação	Categoria 1. Da legislação aos pilares estruturantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos.	- Quais são as legislações educacionais da EJA? - Como está organizado o currículo escolar e práticas pedagógicas da EJA do objeto da pesquisa? - Existe um diferencial legal que normatiza a atuação do professor na área de (Matemática)?
Planejamento e formação	Categoria 2. Planejamento didático pedagógico e planejamento participativo.	- Como está definido planejamento da EJA? - Qual a formação necessária para o professor da EJA? - Os documentos indicam pilares norteadores da ação docente?
Acesso e permanência	Categoria 3. Acesso dos alunos a EJA no município de Minas Novas – MG.	- Quais fatores influenciam o processo de ensino aprendizagem?

Categoria 1 - Da legislação aos pilares estruturantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos

A análise da Legislação brasileira possibilitou a percepção e identificação de algumas delas consideradas estruturantes para o desenvolvimento de ações para a modalidade de ensino EJA, conforme detalhamento a seguir:

- Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional LDB/1996, Lei 9.394/96 que confere e regulamenta direitos aos alunos desde 1996. Segundo o Art. 37 Lei de LDB/1996, o ensino pela modalidade EJA passa a ser reconhecida

nacionalmente:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

- Plano Nacional da Educação (PNE) menciona diretrizes, metas e estratégias para a educação, o presente projeto está em vigor desde a Lei Nº13.005, de 25 de junho de 2014, onde regulamenta o PNE e outras providências. Assim sendo, o plano traçou vinte metas para servir de base para a educação, com validade de dez anos (2014-2024), entre elas pode-se mencionar:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (PNE, ano 2014, p. 10)

- Plano Municipal de Educação de Minas Novas, que se baseia na Lei municipal Nº 2006, de 15 de Junho de 2015, que possui como diretrizes:

Art. 2º são diretrizes do PME:

XI. erradicação do analfabetismo;

XII. universalização do atendimento escolar;

XIII. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

XIV. melhoria da qualidade de vida;

XV. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

XVI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

XVII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

XVIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção de Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

XIX. valorização dos (as) profissionais da educação;

XX. promoção dos princípios do respeito dos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

- Projeto Político Pedagógico-2016 foi elaborado pela Secretaria Municipal Educação de Minas Novas, cuja construção encontra-se em concordância com a Constituição Federal de 1988, LDB (Leis de Diretrizes e Base da Educação), PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e como PME

elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Minas Novas.

Portanto, a análise da legislação estruturante da modalidade de ensino da EJA desvela a existência de um movimento amplo, que se estrutura do nacional ao regional e a demanda por sua adequação legal em proporcionar uma escolarização para alunos jovens e adultos.

O currículo escolar parte do Projeto Político Pedagógico, evidencia que as matérias e disciplinas que compõe a modalidade EJA, foram pensadas levando-se em conta a necessária articulação entre às demandas nacionais e regionais:

A Rede Municipal de Educação de Minas Novas propõe para a EJA a construção de um currículo inclusivo e flexível, com carga horária compatível ao interesse, modo de vida, que valorize as experiências e que seja significativos ao educando, integrando as disciplinas da Base Nacional Comum e parte diversificada.

A Base Nacional Comum aborda componentes curriculares da área de conhecimento Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Na parte diversificada deverá ser abordados os temas Diversidade, Inclusão e Formação para a Cidadania e Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, trabalhados através de projetos. A parte diversificada será flexível e definida de acordo com a realidade social dos educandos.

A proposta curricular baseia-se na compreensão de que cabe aos sujeitos o seu papel de protagonistas na construção de sua cidadania, priorizando a construção da auto-imagem de pessoas capazes de aprender, conhecer e buscar conhecimentos, valores e atitudes que possibilitem e ampliem sua inserção em seu meio sociocultural e potencializando seus saberes. (PPP, Minas Novas/MG, ano 2016, p. 140)

Por meio do Projeto Político Pedagógico pode-se identificar os pilares que dão sustentação legal aos professores para o planejamento das praticas pedagógicas que no atual contexto são desenvolvidas na EJA no município de Minas Novas:

A prática Pedagógica da EJA na rede municipal deve levar em consideração os conhecimentos e experiências de vida , ligadas as vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao mundo do trabalho.

A Educação Escolar Quilombola, a EJA deve atender às realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas, com vistas ao fortalecimento do protagonismo das comunidade quilombolas e vinculando-se a seus projetos de vida. (PPP, Minas Novas/MG, ano 2016, p. 141)

Podemos perceber a preocupação em elaborar atividades pedagógicas direcionadas aos sujeitos da EJA, respeitando a historia de vida de cada individuo, e assim, colocar as ações planejadas em prática.

Portanto, não se identifica nos documentos analisados a indicação de pilares que possam diferenciar a atuação dos professores das diferentes áreas e do docente em atuação na área de Matemática. Do ponto de vista didático as atribuições e indicações pedagógicas para os mesmos encontram-se amparadas legalmente de igual forma,

diferindo é claro na abordagem dos conteúdos programáticos previstos no plano de ensino que tem uma duração anual, tendo em vista que cada área demanda a opção do docente por métodos e recursos que melhor se adequam ao ensino dos conteúdos.

Categoria 2 - Planejamento didático pedagógico e planejamento participativo.

O Projeto Político Pedagógico de Minas Novas - 2016 em concordância com a LDB visa garantir uma educação de qualidade aos alunos da modalidade EJA, potencializando o saber, com apoio pedagógico para intensificar o planejamento de atividades com os seguinte objetivos:

- I- Proporcionar a igualdade de oportunidade, para aqueles que não tiveram acesso na idade própria ou dela se evadiu a conclusão de seus estudos;
- II- Elevar o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos
- III- Inserir jovens e adultos no processo de escolarização numa perspectiva de letramento que possibilite a vivência de práticas de uso da leitura e da escrita;
- IV- Elevar o número de alfabetização dos Jovens e Adultos;
- V- Intensificar a interação social no âmbito escolar e em seus contextos sociais e culturais de modo a potencializar a construção de saberes.
- VI- Criar oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho;
- VII- Adequar tempos e espaços educativos em face das necessidades dos educandos.
- VIII- Realizar avaliação das aprendizagens da Educação de Jovens e Adultos, integradas as avaliações do Ensino Fundamental.
- IX- Fortalecer o acompanhamento pedagógico da Educação de Jovens e Adultos.

O planejamento didático se dá pela organização de ações e atividades que serão trabalhadas durante o ano letivo da modalidade EJA, podemos analisar no Projeto Político Pedagógico – 2016 a descrição de um planejamento anual e semanalmente, utilizando material didático para nortear na preparação.

Na Educação de Jovens e Adultos o planejamento anual de ensino se dá no início do ano letivo e uma semanalmente o grupo se reúne para planejamento semanal. Para realização do planejamento é utilizado o livro didático da EJA dos anos iniciais. (PPP, ano 2016, p. 142)

Pode-se identificar no Projeto Político Pedagógico- PPP a opção da escola pelo planejamento participativo, tendo em vista que procura integrar as atividades de aluno e professor, promovendo ações e projetos que possam estar voltados para a realidade da

escola.

No Projeto Político Pedagógico – 2016 pode-se identificar práticas sociais e de integração, todas voltadas para a construção do conhecimento. Fica evidente a preocupação com a interação da família dos alunos na escola, mesmo que parte do público em questão já tenha a maioria, e portanto, alguns deles já encontram-se inseridos no mercado de trabalho e/ou em atribuições no lar, salvo aqueles que ainda são mantidos pelos pais do ponto de vista econômico.

Como forma de incentivo ao estudo, pode-se identificar na memória dos projetos desenvolvidos:

Trabalho com projetos

O trabalho com projetos na Educação de Jovens e adultos é voltado para atender as necessidades dos alunos, como forma de potencializar seus saberes. Ainda faz parte desse trabalho o letramento para o exercício da cidadania, o gosto pela leitura e escrita.

Durante o ano é planejado projeto voltado para integração e resgate social e da identidade cultural através de atividades da tradição do batuque, cantigas de roda, exposição de comidas típicas, artesanato.

Há um grande desafio na realização de algumas atividades, pela falta de perspectiva de uma pequena parte dos estudantes e por acreditar que a função da escola é de apenas a ensinar a ler e a escrever e resolver operações matemáticas.

Relação Escola e Comunidade

Nos projetos é colocada a participação da família, ou seja dos filhos, irmãos como uma perspectiva de incentivo e entusiasmo pelo estudo dos mesmos. (PPP, ano 2016, p. 142)

Para a eficácia de um planejamento participativo, segundo Gandin (2001) se torna necessário a interação das pessoas no processo de planejamento. O Projeto Político Pedagógico-2016 busca de forma integrada o desenvolvimento dos discentes da EJA, trabalhando com projetos que abrange todos os sujeitos relacionados.

Analisando o Projeto Político Pedagógico-2016, percebe-se que, “a equipe de trabalho da EJA da Rede Municipal constitui de Diretor e vice diretor ou Coordenador, Pedagogo, Professor regente e Auxiliar de serviços gerais.”, em nenhum momento contata-se a formação necessária para atuar na modalidade EJA, cita-se apenas que a equipe de trabalho seja composta de um professor regente.

Assim, o estudo possibilitou o entendimento em torno da ideia que o planejamento realizado pelos profissionais em atuação na EJA, nas escolas do município de Minas Novas encontra-se legalmente amparado pelos pilares: realização de um planejamento participativo e a opção pela pedagogia de projetos como forma de diálogo entre as áreas do conhecimento.

Categoria 3 – Acesso dos alunos a EJA no município de Minas Novas - MG

No processo de oferta da EJA existem fatores que interferem na ação didática da modalidade, que podem ser analisados, como: avaliação, metas e estratégias, taxa de matrículas, taxas de abandono e condições financeiras.

A avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem do aluno da EJA, que deve ser compreendida como um processo de construção de conhecimentos. O Projeto Político Pedagógico assegura que a análise do desempenho seja voltada para o processo de aprendizagem, respeitando as necessidades sócio-culturais e planejamento de metodologias.

A avaliação deve ser entendida como um processo de formação contínuo, coletivo, diagnóstico, sistemático e flexível, que ocorre ao longo do processo educativo com a participação efetiva dos estudantes. Ela é parte do processo de aprendizagem e determina a direção do trabalho a ser realizado; permite aos sujeitos, educadores e estudantes, a análise da trajetória da vida escolar e a identificação dos pontos que demandam atenção especial. Para tanto, faz-se necessário o registro de todas as etapas avaliativas, em instrumentos capazes de expressar com legitimidade e transparência o percurso formativo dos estudantes.

Devem ser considerados na análise do desempenho escolar, na modalidade de Educação de Jovens Adultos, os seguintes aspectos:

I- A aprendizagem do aluno, o investimento que ele faz nos estudos e o seu compromisso com escola;

II- O ritmo do aluno, as suas especificidades no processo de aprendizagem e as metodologias adequadas às suas necessidades. (PPP, ano 2016, p. 143)

Analisando os pressupostos do Plano Municipal da Educação – PME Lei Municipal N° 2006, de 15 de Junho de 2015, pode-se demonstrar por meio de metas e um breve histórico da EJA, como o município se posiciona para promover uma educação de qualidade.

Meta 09 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 80% (oitenta por cento) até 2016, e até 2024, reduzir em 90% (noventa por cento) o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1 Quantificar o número de analfabetos do município, fazendo mapeamento das localidades de sua residência e escola mais próxima.

9.2 Preencher um questionário da situação socioeconômica dos mesmos e os principais motivos que fizeram com que não frequentassem a escola ou a abandonassem antes do tempo.

9.3 Criar “Projeto Específico” para incentivar a matrícula e a permanência do jovem e adulto nas classes de alfabetização, observando a proximidade de suas residências.

9.4 Criar sistema de controle da evasão escolar e incentivo ao retorno do aluno à escola.

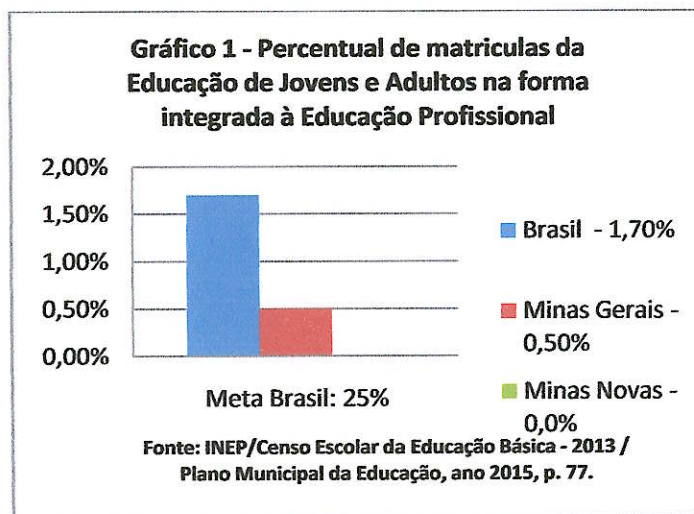
- 9.5 Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio.
- 9.6 Promover a expansão da oferta de matrícula.
- 9.7 Fortalecer o acompanhamento e monitoramento pedagógico na Educação de Jovens e Adultos.
- 9.8 Implementar ações de alfabetização jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.
- 9.9 Assegurar atendimento suplementar de transporte e alimentação à Educação Jovens e Adultos.
- 9.10 Estabelecer parcerias para atendimento em estabelecimentos penais.
- 9.11 Criar ou ampliar bibliotecas escolares para atendimento aos Jovens e Adultos.

Meta 10 – Oferecer, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação Jovens e Adultos, nos ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

- 10.1 Manter e buscar parcerias de programas nacionais de Educação Jovens e Adultos direcionados à conclusão do Ensino Fundamental e Médio, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.
- 10.2 Elevar o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos de forma a articular a formação inicial e continuada, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.
- 10.3 Aquisição de equipamentos voltados a expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos.
- 10.4 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos.
- 10.5 Institucionalizar programa de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio pedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito.
- 10.6 Diversificar o currículo do Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a interrelação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e da cidadania.
- 10.7 Estabelecer parcerias para atendimento de Jovens e Adultos com deficiência, ampliando as oportunidades de profissionais.
- 10.8 Garantir acessibilidade dos prédios escolares para atendimento dos Jovens e Adultos com deficiência.
- 10.9 Fomentar através de projetos pedagógicos, os saberes populares da Educação de Jovens e Adultos. (PME, ano 2015, p. 13)

Uma informação importante ao se pensar no ensino, na perspectiva da oferta da Educação de Jovens e Adultos do ponto de vista formal, durante análise do documento pode se perceber que as referidas metas e estratégias propostas pelo Plano Municipal da Educação não alcançaram os objetivos e expectativas, onde a taxa de matrículas da modalidade EJA na forma integrada à educação profissional quer alcançar uma meta de 25%, porém não conseguiu, tendo 0% como índice de melhoria do município de Minas Novas, conforme se pode comprovar a seguir no Gráfico 1:



No Plano Municipal da Educação, podemos destacar melhoria evidente no texto citada no documento é em relação à formação profissional e o acompanhamento pedagógico, onde em tese o discente da EJA, a partir de tal documento passa a ter um melhor suporte no processo de ensino.

O município fez adequações ao Plano Municipal decênio 2009 a 2018, aprovado pela lei nº 1746 de 210 de setembro de 2010. Neste documento após análise verificou-se que nenhuma meta foi atingida integralmente, no entanto houve avanços significativos em cada nível e modalidade de ensino.

- Na Educação de Jovens e Adultos houve melhoria na formação profissional para atendimento a demanda, acompanhamento pedagógico. No documento supracitado muitas estratégias não foram cumpridas devido à falta de um acompanhamento sistemático. (PME, ano 2015, p. 55)

Embora as taxas de evasão seja algo evidente em qualquer modalidade de ensino, podemos perceber a dificuldade da modalidade EJA em minimizar o número de abandono escolar. No decorrer dos anos, existe uma inconsistência dos dados, referente a permanência dos alunos na escola, pois a quantidade de alunos sofre alterações devido a vários fatores.

Em 2006/2007 houve muitas evasões devido a inúmeros fatores: cansaço de todo um dia de trabalho, falta de motivação, problemas domésticos, migração, entre outros.

No ano de 2008 houve uma grande redução das turmas atendidas pela prefeitura, ficando um total de apenas 5 turmas. Em 2009 aumentaram para 10 com apoio de coordenador e ainda há previsão de mais de 40 turmas de acordo com levantamento feito para programas Brasil Alfabetizado e Cidadão Nota 10.

Em 2010 e parte de 2011 o Programa Brasil Nota 10 atendeu um número bastante expressivo de alunos no município, além das turmas que eram atendidas pela prefeitura que deram continuidade o trabalho. Porém no final do 1º semestre de 2011 o programa parou e só permaneceram as turmas que eram atendidas pela prefeitura.

Em 2012 o trabalho com a EJA continua com 8 turmas atendidas pela prefeitura com um total de 91 alunos, 8 professores e 1 coordenador, sendo

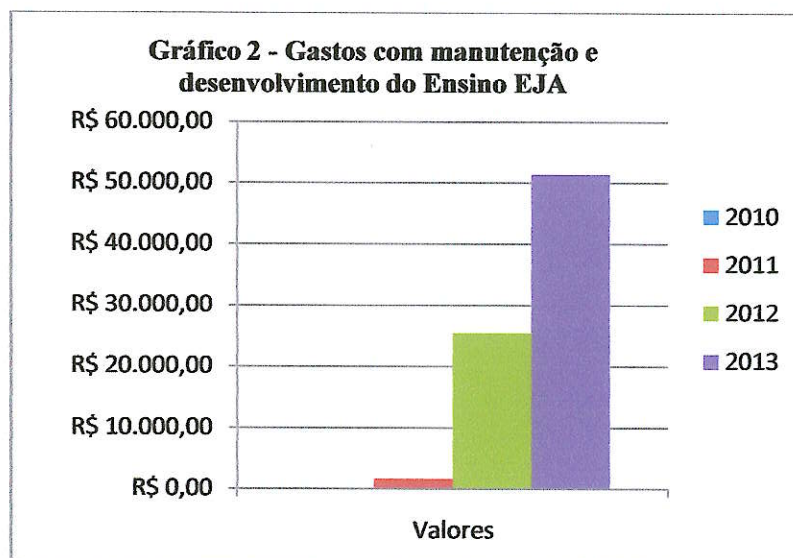
que todas estas são vinculadas a Escola Municipal Gabriela Leite Araújo: Escola Municipal Benedito Nogueira Badaró, Comunidade de Vargem Grande (Imbiruçu), E. E. de Indaiá (Distrito de Baixa Quente), Escola Municipal Nelson de Matos Neiva (Cruzinha), Comunidade de Bem Posta (Imbiruçu) Escola Municipal Gabriela Leite Araújo. No ano de 2016 a Rede Municipal atende 6 turmas de EJA, sendo duas turmas na sede e as demais na área rural. (PME, ano 2015, p. 77)

Através dos dados analisados no Plano Municipal de Educação 2014-2024, podemos verificar os investimentos e repasses destinados ao ensino no município de Minas Novas, veja Quadro 3:

Indicadores	2010	2011	2012	2013
Educação Infantil	R\$2.652,60	R\$23.436,35	R\$79.288,52	R\$44.494,15
Ensino Fundamental	R\$879.110,62	R\$1.193.001,00	R\$2.268.091,55	R\$1.786.342,14
Educação de Jovens e Adultos	R\$0,00	R\$1.607,33	R\$25.426,21	R\$51.381,85
Educação Especial	R\$0,00	R\$0,00	R\$10.020,94	R\$1.849,51
Outros gastos	R\$365.905,06	R\$487.385,25	R\$567.664,18	R\$428.580,30
Contribuição ao FUNDEB	R\$3.154.983,92	R\$5.595.031,90	R\$4.019.397,82	R\$4.401.550,35
Total	R\$4.405.509,10	R\$5.595.031,90	R\$7.002.571,22	R\$6.716.822,30
Total de Alunos matriculados	2.857	2.682	2.682	2.642
Gastos com Ensino por aluno	R\$1.541,01	R\$2.085,14	R\$2.609,00	R\$2.541,32

Fonte: TCE – MG retirado do Plano Municipal de Educação de Minas Novas, ano 2015, p.92

O município realiza investimentos, e assim faz repasses para a manutenção do ensino, segundo o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais os gastos com a modalidade EJA, houve um aumento relativo para atender a demanda, veja e Gráfico 2:



Fonte: TCE – MG retirado do Plano Municipal de Educação de Minas Novas, ano 2015, p.92

Tendo em vista a necessária ampliação do acesso de jovens e adultos a EJA, pode-se identificar nos documentos a busca por parte do município de procedimentos que possam impactar no acesso dos alunos a tal modalidade, mesmo também se constatando a existência de fragilidades ao longo de tal processo, em especial referente a dificuldade de se garantir políticas que viabilizem a diminuição dos processos de evasão escolar.

5 Considerações finais

Levando-se em consideração os aspectos analisados ao se tomar como problemática: como a Educação de Jovens e Adultos - EJA encontra-se estruturada nas escolas do município de Minas Novas-MG?, pode-se evidenciar através das três supracitadas categorias de análise, um comprometimento do município em promover uma educação de qualidade buscando uma melhor qualificação profissional e um planejamento participativo estruturado.

Mas não se poderia deixar de mencionar que também se observa, uma dificuldade em garantir a permanência dos alunos na EJA e a existência de um baixo investimento na supracitada modalidade de ensino, ao se tomar como referencial o investimento em outros níveis de ensino.

Tendo em vista que tal desafio, mas também a inclusão da supracitada modalidade nos documentos produzidos no município e nas escolas (Plano Municipal de Educação- PME e Projeto Político Pedagógico), pode-se desvelar a preocupação local com a melhoria na oferta de tal modalidade, seja do ponto de vista pedagógico e/ou político.

Fato este que permite a construção de novas indagações que não se pretende responder no texto que compõe o artigo em questão, mas indicá-las para outras/novas e/ou a continuidade da presente pesquisa que não se esgota no estudo do presente objeto, a saber: existe a percepção dos profissionais das diferentes áreas acerca de pilares de atuação profissional que são comuns para profissionais da área exatas e pedagógica? Como as indicações legais previstas nos documentos de fato se concretizam no fazer do professor? As indicações legais impactam na prática dos professores com um diferencial que se percebe por área do conhecimento?

Assim, o presente estudo cumpre uma dupla função de por um lado proporcionar

a aproximação da primeira autora com a discussão sobre EJA e por outro, ao optar por tal objeto, que tem como eixo estruturante a pedagogia pode-se perceber a importância da articulação entre as áreas (exatas e pedagógicas) que não podem quer seja na modalidade EJA ou nas demais modalidades e níveis ser entendida de forma isolada.

Referências

- [1] BERTI, Nívia Martins; CARVALHO, Marco Antônio Batista. **Erros e estratégias do aluno na Matemática: contribuições para o processo avaliativo**. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/496-4.pdf> >. Acesso em: 11/11/2017.
- [2] CHOTT, Vanessa Coimbra; GÓES, Anderson Roges Teixeira; MELO, Juliana da Cruz de. **Análise de erros de questões da prova da obmep resolvidas por alunos de 8º ano e 8ª serie**. Disponível em: <https://eventos.uinpampa.edu.br/eremat/files/2014/12/RE_Chott_07194369907.pdf>. Acesso em: 11/11/2017.
- [3] **EJA Presencial (Educação de Jovens e Adultos)**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/cidadao/servicos/eja-presencial>> Acesso em: 04/10/2017.
- [4] FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- [5] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996
- [6] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- [7] GANDIN, Danilo. **A posição do Planejamento Participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Disponível em: < <http://www.unifra.br/professores/carin/artigo%20do%20danilo%20gandin.pdf> >. Acesso em: 11/11/2017.
- [8] GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. REA – Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, 1995.
- [9] GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Disponível em: < <http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view> >. Acesso em: 11/11/2017.
- [10] **Legislação, pdf**. Disponível em:< <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/2/pdf> >. Acesso em: 23/10/2017.
- [11] JUNIOR, Eufrânio Lucindo; CAMARA, Guilherme de Resende. **Didática: conceitos, métodos de ensino-aprendizagem e relação professor/aluno**. Disponível em: < <http://fafia.srvroot.com/site01/congresso/download/anais/7.pdf> >. Acesso em: 11/11/2017.
- [12] JUNIOR, Marco Aurélio Kistemann. **O erro e a tarefa avaliativa em matemática: uma abordagem qualitativa**. Disponível em: < <http://www.fae.ufmg.br/ebapem/completos/01-36.pdf> >. Acesso em: 11/11/2017.

[13] LIBÂNEO, Jose Carlos. **Didática**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1Cd9oH5xwRWRG5NdmZ2ck5JM3M/view>>. Acesso em: 11/11/2017.

[14] LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

[15] MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva. **Educação de Jovens e Adultos: as contribuições de Paulo Freire**. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf> . Acesso em: 11/11/2017.

[16] NASCIMENTO, Sandra Mara do. **Educação de Jovens e Adultos-EJA, na visão de Paulo Freire**. Paranavaí: Paraná, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD_ED_UMTE_2014_2_116.pdf>. Acesso em: 09/08/2017.

[17] NEVES, Joviane Viana Cruz¹; SILVA, Ilaine Chaves da. **O processo ensino-aprendizagem da Matemática na EJA: o que revelam estudantes com necessidades educacionais especiais de escolas públicas do município de Guanambi?**. Disponível em: <<https://alfacejablog.files.wordpress.com/2016/07/o-processo-ensinoaprendizagem-da-matematica-na-eja.pdf>>. Acesso em: 09/08/2017.

[18] **OFICIO GS CIRCULAR Nº 001801/13**. Disponível em: <<https://www.educacao.mg.gov.br/images/stories/noticias/2013/Junho/OF.CIRC.%201801-13-CUMPRIMENTO%202013%20CARGA%20HORRIA%20POR%20DOCENTE.pdf>>. Acesso em 06/12/2017.

[19] **O que é planejamento?**. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/161/o-que-e-planejamento>>. Acesso em: 23/10/2017.

[20] **Pesquisa Documental, html**. Disponível em: <<http://pesquisadocumental.blogspot.com.br/p/o-conceito-de-pesquisa-documental.html>>. Acesso em: 11/11/2017.

[21] PIANA, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional**. > Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>>. Acesso em: 11/11/2017.

[22] **Plano Municipal de Educação de Minas Novas/ 2014-2024/ Efetivado, pdf**. Disponível em:< <http://minasnovas.mg.leg.br/media/2015/05/Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-de-Minas-Novas-2014-2024-Efetivando.pdf>> Acesso em: 23/10/2017.

[23] **Plano Nacional de Educação, pdf.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_2_metas.pdf>. Acesso em: 18/11/17

[24] **PNE em Movimento.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em 13/11/2017.

[25] **Projeto Político Pedagógico.** Expedido pela: Secretária Municipal da Educação de Minas Novas. Minas Gerais. Ano 2016.

[26] **Relação Professor-Aluno, slide.** Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/kikokol/relao-professor-aluno-15088405>>. Acesso em: 04/10/2017.

[27] SILVA, Nivânia Ferreira da; CARVALHO, Waldênia Leão de. **Prática pedagógica na EJA: reflexões sobre uma prática diferenciada com vista à singularidade dos estudantes da modalidade.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Tt6tRbgYWQwJ:coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/ixcoloquio/paper/download/724/578+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 09/08/2017.

ANEXOS

Anexo – 1

Termo de Consentimento

AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(de acordo com o item IV da resolução 196/96 do conselho Nacional de Saúde).

Por este instrumento por mim assinado dou pleno consentimento a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM e a aluna do Curso de Matemática Vanessa Das Dôres Santos para utilizar para fins de pesquisa documentos produzidos na Secretária Municipal de Educação de Minas Novas, para organização de um trabalho Científico – TCC.

Tenho pleno conhecimento que não haverá desconforto, danos e/ou riscos à minha pessoa decorrentes da pesquisa. Tenho ainda a liberdade de me recusar a participar ou retirar-me em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo, tendo assegurado a garantia de sigilo e privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa além de não haver nenhuma forma de indenização ou ressarcimento das despesas decorrentes da participação na mesma.

Concordo plenamente que todos os dados obtidos durante a análise dos documentos e quaisquer outras informações concernentes aos mesmos, constituem propriedade exclusiva da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM e Vanessa Das Dôres Santos, à qual dou pleno direito de retenção, uso na elaboração de pesquisa e de divulgação em televisão, jornais congressos e/ou revistas científicas do país e do estrangeiro respeitando os respectivos códigos de ética.

Local e data: Minas Novas, 12 de Setembro de 2017.

Vanessa Das Dôres Santos

Assinatura

Quelice Pereira Barbosa

Assinatura responsável